

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.526.307 - SC (2019/0176739-8)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL
ADVOGADO : PEDRO DAHNE SILVEIRA MARTINS E OUTRO(S) - RS060462

DECISÃO

Trata-se de agravo da FAZENDA NACIONAL, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, contra decisão que inadmitiu recurso especial, o qual desafia acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 288):

TRIBUTÁRIO. IMUNIDADE. ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DO EMPREGADOR. PIS. CEBAS. EFEITOS RETROATIVOS. PRESCRIÇÃO.

1. O Supremo Tribunal Federal estabeleceu a tese 432 no sentido de que a imunidade tributária prevista no parágrafo 7º do artigo 195 da Constituição abrange a contribuição para o PIS.
2. A concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) tem eficácia declaratória, reconhecendo situação fática que abrange período anterior à sua solicitação, tendo portanto efeito retroativo. A jurisprudência deste Tribunal indica que a partir da vigência da Lei 12.101/2009 os efeitos da imunidade e da isenção em favor das entidades beneficentes de assistência social se estendem ao ano anterior ao protocolo do requerimento do certificado adequado.
3. O prazo de prescrição é de cinco anos contados do pagamento indevido, conforme a tese estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário 566.621 segundo o rito dos recursos repetitivos.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 315/317).

No apelo nobre, a recorrente aponta violação dos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015, por entender que o "TRF da 4ª Região foi omissivo no que tange à análise da questão *sub judice* à luz das razões elencadas pela Fazenda Nacional nos autos." (e-STJ fl. 328). Ademais, aponta ofensa ao art. 31 da Lei 12.101/2009 e aos arts. 105, 111 e 144 do CTN, ao argumento de que (e-STJ fls. 333/334):

o presente caso trata da concessão, e não da renovação do certificado. A certificação, em se tratando de concessão originária do CEBAS, com o advento da Lei nº 12.101, de 2009, possui natureza constitutiva, e não declaratória.

No caso concreto, a recorrida obteve a certificação em 28/04/2015. Destarte, não se pode dar a elasticidade conferida pelo Tribunal a quo, deferindo a retroação de efeitos do CEBAS a 2012.

Como já dito, a legislação determina como requisito objetivo a presença de CEBAS e, NÃO O TENDO a entidade beneficente não está albergada pelo benefício de isenção das contribuições sociais.

Contrarrazões apresentadas.

Interposto agravo, devidamente contraminutado.

Passo a decidir.

Inicialmente, destaco que conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista (Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Dito isso, consigno o que decidiu o acórdão recorrido (e-STJ fl. 293/296):

Da análise do processo de certificação e dos requisitos da L. 12.101/2009, verifica-se, conforme § 1º do art. 21 da referida lei, que a entidade interessada na certificação deverá apresentar, juntamente com o requerimento, todos os documentos necessários à comprovação dos requisitos à imunidade, na forma do regulamento. Portanto, uma vez concedido o CEBAS, consideram-se satisfeitos os requisitos para fruição da imunidade. Cabe ao Fisco demonstrar, em juízo, que isso não procede.

Destaca-se também que, nos termos do § 2º do art. 24 da L. 12.011/2009, a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado.

Deve ser mantida a sentença no ponto.

(...)

O STF, no julgamento do RE 472.475 (Segunda Turma, rel. Joaquim Barbosa, 28ago.2012), dispôs que o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) tem eficácia imanentemente declaratória de uma situação fática. O STJ firmou jurisprudência no mesmo sentido:

(...)

Dispõe a Súmula 612 do STJ:

O certificado de entidade beneficente de assistência social (Cebas), no prazo de sua validade, possui natureza declaratória para fins tributários, retroagindo seus efeitos à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade.

(...)

A jurisprudência se firmou no sentido de retroagir os efeitos do CEBAS aos três anos anteriores porque na vigência do D. 2.536/1998 exigia-se que o requerimento para certificação fosse acompanhado de comprovantes referentes aos três últimos exercícios. Vigente o D. 7.237/2010, que regulamentou a L. 12.101/2009 e revogou o D. 2.536/1998, essa exigência se restringiu ao exercício fiscal anterior ao do requerimento. O D. 8.242/2014, que revogou o D. 7.237/2010 e atualmente regulamenta a L. 12.101/2009, manteve a exigência de comprovação apenas em relação ao exercício anterior, tal como o texto da referida lei

(...)

No presente caso, o requerimento foi formulado em 31maio2010, já sob a vigência da L. 12.101/2009, e os efeitos do CEBAS estender-se-iam ao exercício fiscal anterior ao do requerimento administrativo. Observado, contudo, o prazo prescricional, a imunidade em causa deve ser reconhecida a contar de 7jul2011.

Quanto à alegada ofensa aos arts. 489 e 1.022, do CPC/2015, não se vislumbra nenhum equívoco ou deficiência na fundamentação contida no acórdão recorrido, sendo possível observar que o Tribunal de origem apreciou integralmente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, não se podendo confundir

julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, consoante entendimento desta Corte, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações das partes nem tampouco a rebater um a um todos seus argumentos, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como ocorre na espécie.

Nesse sentido:

IPVA. NÃO CONFIGURADA VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. CERCEAMENTO DE DEFESA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO CREDOR FIDUCIÁRIO. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA COM ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO DISTRITAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. LEI LOCAL. ILEGITIMIDADE ATIVA DO DISTRITO FEDERAL. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. MULTA DO ART. 1026 DO CPC/2015.

1. Inicialmente, em relação aos arts. 141 e 1022 do CPC, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente. Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

[...]

(REsp 1.671.609/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017).

Cabe ressaltar que a Fazenda Nacional não questiona o preenchimento dos requisitos legais para a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Limita-se a defender a retroatividade reconhecida pelo Tribunal *a quo*.

Contudo, o acórdão recorrido mostra-se em perfeita harmonia com a orientação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada na Súmula 612, *in verbis*:

O certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS), no prazo de sua validade, possui natureza declaratória para fins tributários, retroagindo seus efeitos à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade.

Cabe acrescentar que referido entendimento aplica-se tanto à concessão quanto à renovação do CEBAS.

Nesse sentido, refiro-me aos seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS). CONCESSÃO. ATO DE NATUREZA DECLARATÓRIA. EFEITOS RETROATIVOS À DATA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. SÚMULA 612/STJ.

1. A jurisprudência do STJ firmou compreensão no sentido de que a decisão administrativa que reconhece a imunidade tributária tem natureza

declaratória, e, por conseguinte, produz efeitos *ex tunc*, de forma a autorizar a retroação dos seus efeitos, **a partir do momento em que preenchidos os requisitos legais para a concessão do benefício**. Tal entendimento conduziu à edição da Súmula 612/STJ, *in verbis*: "O certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS), no prazo de sua validade, possui natureza declaratória para fins tributários, retroagindo seus efeitos à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade".

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.718.823/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado 09/09/2019, DJe 11/09/2019) (Grifos acrescidos).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMUNIDADE. ENTIDADE FILANTRÓPICA. CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS). RENOVAÇÃO. EFEITOS RETROATIVOS. RAZÕES DO RECURSO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA, NO QUE SE REFERE À INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. SÚMULA 182/STJ. OFENSA AO ART. 24 DA LEI 12.101/2009. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. TESE RECURSAL NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA PARTE, IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática publicada em 08/06/2018, que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73.

II. Na origem, o Tribunal **a quo** manteve a sentença que julgara procedente pedido formulado em autos de Ação Ordinária, ao fundamento de que é cabível a atribuição de efeitos retroativos ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

III. Interposto Agravo interno com razões que não impugnam, especificamente, os fundamentos da decisão agravada, quanto à inexistência de ofensa ao art. 535 do CPC/73, não prospera o inconformismo, no particular, em face da Súmula 182 desta Corte.

IV. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a decisão administrativa que reconhece a imunidade tributária tem natureza declaratória, e, por conseguinte, produz efeitos **ex tunc**, de forma a autorizar a retroação dos seus efeitos, a partir do momento em que preenchidos os requisitos legais para a concessão da imunidade. Essa pacífica orientação conduziu à edição da Súmula 612/STJ, *in verbis*: "O certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS), no prazo de sua validade, possui natureza declaratória para fins tributários, retroagindo seus efeitos à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade".

V. Na forma da jurisprudência, "se o artigo apontado como violado não apresenta conteúdo normativo suficiente para fundamentar a tese desenvolvida no recurso especial, incide, por analogia, a Súmula nº 284/STF" (STJ, AgInt no REsp 1.505.441/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 02/08/2017). **O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "as disposições dos §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei n. 12.101/2009 não trazem comando no sentido de que os efeitos da imunidade a que se refere o art. 195, § 7º, da CF/88 somente serão aplicados a partir da decisão que defere o pedido de renovação do benefício tributário"** (STJ, AgInt no REsp 1.596.529/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal convocada do TRF/3ª Região, SEGUNDA TURMA, DJe 18/08/2016).

VI. O Recurso Especial é manifestamente inadmissível, por falta de prequestionamento, no tocante à tese recursal vinculada ao disposto no art. 31 da Lei 12.101/2009, pois não foi ela objeto de discussão, nas instâncias ordinárias, razão pela qual não há como afastar o óbice da Súmula 211/STJ.

VII. Consoante entendimento do STJ, o "prequestionamento da matéria pressupõe o efetivo debate pelo Tribunal *a quo* sobre a tese jurídica veiculada nas razões do recurso especial, não sendo suficiente, para tanto, a menção pela Corte de origem de que dá por prequestionado o dispositivo legal suscitado pelo embargante" (STJ, AgInt no AREsp 926.064/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/06/2018).

VIII. Agravo interno parcialmente conhecido, e, nessa parte, improvido. (AgInt no REsp 1.532.902/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018) (Grifos acrescidos).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial.

Majoro os honorários recursais em 10% sobre o valor fixado na origem, respeitados os limites e os critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator